

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ CENTRO DE HUMANIDADES FACULDADE DE EDUCAÇÃO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

GEILSON DE SOUSA SANTOS

ENSINO EM BRAILLE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

GEILSON DE SOUSA SANTOS

ENSINO EM BRAILLE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola.

Coorientador: Me. Clemilda dos Santos Sousa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade Federal do Ceará Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S235e Santos, Geilson de Sousa.

Ensino em Braille em Formação de Professores : Percepções de Docentes e Discente da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Ceará (UFC) / Geilson de Sousa Santos. – 2022. 49 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia , Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola. Coorientação: Prof. Me. Clemilda dos Santos Sousa.

1. ensino Braille. 2. formação de professores. 3. alfabetização de cegos. I. Título.

CDD 370

GEILSON DE SOUSA SANTOS

ENSINO EM BRAILLE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERCEPÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola.

Coorientadora: Me. Clemilda dos Santos Sousa.

Aprovada em: xx/xx/xxxx.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola (Orientador) Universidade Federal do Ceará (UFC)

Me. Clemilda dos Santos Sousa (Coorientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Vanda Magalhães Leitão Universidade Federal do Ceará (UFC)

Me. Giordana Nascimento de Freitas e Silva Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

À Virgem de Guadalupe e à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado até aqui, à Virgem de Guadalupe por sua constante intercessão.

A minha família, por amor, carinho e dedicação.

A todos os profissionais, colegas, e amigos do Instituto dos Cegos, da Escola Professora Belarmina Campos, Escola Deputado Manoel Rodrigues, CREAECE, FACED UFC, Laboratório de Pesquisa Multimeios, Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência-SEPED, Secretaria de Acessibilidade UFC inclui, e ao Pró Inclusão por suas contribuições na minha formação humana e acadêmica.

"[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção." (FREIRE, 1996, p. 13).

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência, é pauta de muitas lutas sociais e coletivas. Em consonância com a problematização do mencionado tema, essa pesquisa apresenta um estudo de caso sobre o ensino de braille na formação dos professores do curso de pedagogia Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Ceará (UFC). A justificativa desta pesquisa, assume natureza pessoal, uma vez que se relaciona intimamente com a história de vida do pesquisador cego alfabetizado em braille; profissional, a medida em que amplia e inclui a diversidade humana, na formação do pedagogo; social, a medida em que propõe o processo de acessibilidade e inclusão educacional e social da pessoa com deficiência visual. Apresenta-se como objetivo geral: analisar as percepções dos docentes e discentes da FACED/UFC, acerca da formação para o ensino de braille. Como objetivos específicos: 1. Identificar as principais dificuldades dos docentes da FACED/UFC para lidar com alunos cegos nas disciplinas do curso de pedagogia; 2. Averiguar as principais dificuldades dos discentes oriundas da atual matriz curricular, no que se refere ao ensino e aprendizagem de alunos cegos. Sobre o percurso metodológico, realizou-se pesquisa bibliográfica para melhor embasamento teórico sobre o tema. Para a consolidação desse estudo de caso de abordagem qualiquantitativo, utilizou-se aplicação de questionário junto aos discentes e docentes da Faculdade de Educação. Como resultados e discussões, apresentam-se: professores foi composta por 20 sujeitos. Houveram 19 alunos do curso de Pedagogia da FACED que participaram do estudo. As principais dificuldades relacionaram-se à descrição de imagens. A audiodescrição precisa também estar presente na formação inicial e continuada dos professores, porque a pessoa cega vai construindo sua visão de mundo, de acordo com as informações que recebe. A segunda dificuldade apresentada pelos docentes relacionou-se à adaptação do material didático-pedagógico às exigências dos alunos cegos. No que tange aos alunos, quando indagados acerca das maiores lacunas oriundas da formação, destacaram: ausência de disciplinas voltadas ao atendimento de alunos cegos ou ao ensino do Braille, ausência de estágios na área da Educação Especial ou Educação Inclusiva, ausência de disciplinas específicas para cada tipo de deficiência. Diante do exposto, concluiu-se, que a inclusão de pessoas com deficiência na educação básica é um processo demorado e exige investimento na formação dos professores para lidar com diferentes realidades.

Palavras-chave: ensino Braille; formação de professores; alfabetização de cegos.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities is the agenda of many social and collective struggles. In line with the problematization of the mentioned theme, this research presents a case study on the teaching of braille in the training of teachers of the pedagogy course Faculdade de Educação (FACED) at the Federal University of Ceará (UFC). The justification of this research assumes a personal nature since it is closely related to the life history of the blind researcher literate in Braille; professional, insofar as it expands and includes human diversity, in the formation of the pedagogue; social, as the process of accessibility and educational and social inclusion of the visually impaired person. General: He presents himself as professors, professors and students of FACED/UFC on training for training for the teaching of FACED/UFC. As specific objectives for pedagogy teachers: 1. Identify the main difficulties faced by FACED/UFC students for blind students in the subjects of the pedagogy course; 2. Investigate the main difficulties of students coming from the current curriculum, with regard to the teaching and learning of blind students. Regarding the methodological course, a bibliographic research was carried out for a better theoretical basis on the subject. To consolidate this case of a qualiquant approach, a study application was used with students and teachers of the Faculty of Education. As results and studies, it is proposed: the sample consisted of 20 subjects. There were 19 students from the FACED Pedagogy course who participated in the study. The main difficulties were related to the description of images. Audio description presents information for teachers in initial and continuing education, because the precision blind person will need his vision of the world, according to the information he receives. The second difficulty presented by the professors was related to the adaptation of the didactic-pedagogical material to the requirements of the blind students. Not that, when dealing with the biggest gaps of students, the absence of specific disciplines or the attendance of students in special education education, the absence of specific disciplines, goes deeper into the education of students. each type of disability. In view of the above, it was concluded that the inclusion of people with disabilities in the process of basic education is discouraging and requires investment in teacher training to deal with different realities.

Keywords: teaching Braille; teacher training; blind literacy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE Atendimento Educacional Especializado

AVD Atividade de Vida Diária

CNE Conselho Nacional de Educação

CREACE Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Estado do

Ceará

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

FACED Faculdade de Educação

LBI Lei Brasileira de Inclusão

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SiSU Sistema de Seleção Unificada

UFC Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO BRAILLE	21
3	LEGISLAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR	23
4	METODOLOGIA	27
5	ANÁLISE DE DADOS	29
5.1	Análise das respostas dos discentes	29
5.2	Análise das respostas dos docentes	31
6	CONCLUSÕES	37
	REFERÊNCIAS	39
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS DISCENTES	42
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS DOCENTES	44
	APÊNDICE C – A PELEJA DO ALUNO CEGO COM O PROFESSOR	
	POLIGLOTA	46

1 INTRODUÇÃO

A escolha da temática desta investigação tem a ver com as experiências de minha história da minha vida, pois durante minha trajetória escolar convivi com professores que em alguns momentos não sabiam a melhor metodologia para aplicar na escolarização de aluno com deficiência visual

Com cinco anos de idade, comecei a estudar em uma escola especializada na área da deficiência visual. Nesta, todos os professores sabiam braille, fui alfabetizado nesse sistema de leitura e de escrita por duas professoras, uma cega e outra vidente. Tive aula de orientação e mobilidade, informática AVD (Atividade da Vida Diária) e acompanhamento psicológico. Tudo isso para que eu pudesse ter autonomia para me locomover, realizar as atividades do cotidiano doméstico, me conhecer e me aceitar como eu sou.

Nessa época estava tudo tranquilo, os professores entendiam tudo o que eu escrevia, não faltava material adaptado, mas algo me incomodava: Por que meu irmão estudava em uma escola perto de casa e eu não? Enquanto eu pegava dois ônibus para ir e para voltar da escola, ele só andava alguns quarteirões a pé para estudar.

Eu tinha esse questionamento dentro de mim, até que um dia fiquei sabendo que, na escola na qual eu estudava, o ensino iria somente até o quinto ano, e que a partir do sexto eu precisaria ir para outra escola e que poderia ser perto da minha casa.

Fiquei feliz da vida quando fiquei sabendo disso, e comecei a contar os anos, meses e dias para a chegada desse momento. No dia 24/03/2008 o grande dia chegou. Perguntei à minha mãe o porquê de eu não ter ido estudar nessa escola antes, e ela me disse que primeiro eu precisava aprender braille no Instituto dos cegos para depois ir estudar naquela escola.

Nessa escola, a realidade era muito diferente da qual eu estava acostumado no instituto. Quando a professora fazia alguma pergunta e eu respondia corretamente, a turma ficava muito admirada: "Oh! Ele sabe! " Eu me sentia um ET, porque tudo que eu fazia era motivo de espanto. Coisas que para mim eram tão naturais, como responder corretamente uma pergunta feita pela professora, para eles era algo de extraordinário!

Os professores não sabiam braille. Uma vez por semana vinha uma professora do instituto fazer a transcrição das minhas atividades para que os meus professores pudessem entender o que eu tinha escrito. Além de fazer a transcrição, ela orientava os professores e alunos sobre como conviver comigo.

Na sala de aula do instituto, eram no máximo 8 alunos por sala; agora eu estava numa turma de 35 alunos e era o único cego da sala, enquanto no instituto éramos quase todos cegos. Os livros didáticos sempre chegavam para mim atrasados. Isso porque a escrita braille é grande, uma página no livro convencional, em braille são aproximadamente três. Por esse motivo, um livro era dividido em várias partes. Por exemplo: se o livro de história tivesse 10 capítulos, em braille eram 10 livros. Quando o capítulo 1 chegava para mim, o professor já estava no capítulo 3 e aquele capítulo que eu havia recebido já não servia mais para mim.

Esse atraso na entrega dos meus livros acontecia também porque os livros em braille eram produzidos no Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Estado do Ceará - CREAECE, que atende pessoas com deficiência e que produz os livros em braille para todos os estudantes cegos do estado do Ceará. Como a demanda era ampla, haviam muitos livros para produzir, e consequentemente o material chegava para mim atrasado.

Na escola, eu ensinava braille aos meus colegas. Muitos queriam saber como os seus nomes eram escritos. Alguns queriam saber braille para pescar de mim nas provas, eles ditavam para mim as atividades que os professores escreviam no quadro. Muitos ajudavam, mas alguns atrapalhavam. Quando a professora estava na frente, dando aula, a galera do "fundão" ficava conversando e isso atrapalhava bastante porque sentava bem na frente e tinha difículdade de entender o que a professora estava falando por conta do barulho atrás de mim.

Alguns professores conseguiam acalmar a turma fazendo eles ficarem em silêncio outros, não. Quando o barulho estava demais e a professora não estava "dando conta", eu pedia para ir ao banheiro e ia direto para a sala da diretora reclamar. Pouco tempo depois, ela passava na sala e tinha uma conversa com os alunos. Eles ficavam quietos, mas uma semana depois começava tudo de novo, chegaram a quebrar até minha bengala.

Teve um aluno de outra turma que se deitou no chão na hora em que eu ia passar, uma funcionária viu e brigou com ele e, antes de eu tropeçar, ele se levantou e saiu. Eu não gostava do recreio, porque os alunos ficavam correndo o tempo todo e eu tinha medo deles acabarem me derrubando. Eu ficava sentado conversando com uma amiga que também era cega. No pátio da escola, tinham colunas bem no meio, eu andava esticando bem a bengala para não ter perigo de bater a testa.

Em 2012, fui cursar o ensino médio em uma escola estadual. Nessa escola eu já não tinha mais uma professora itinerante, que ia toda semana transcrever as minhas atividades, mas sim uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que já

ficava na escola atendendo os estudantes com deficiência matriculados. Os atendimentos aconteciam no contra turno.

O atendimento que a professora do AEE fazia comigo no ensino médio era o mesmo que a professora itinerante fazia no ensino fundamental. A professora ia na escola uma vez por semana e no médio, a professora ficava direto na escola.

Os meus livros continuavam chegando atrasados, principalmente os de matemática, que quando chegou em minhas mãos, já tinham se passado 4 meses e o livro não foi feito todo porque na época alguns desenhos não eram compatíveis com a impressora braille. Para piorar a situação, teve um período que a impressora do CREAECE ficou muito tempo quebrada, atrasando ainda mais, o meu acesso aos livros.

Tinha muita dificuldade em física, faltava material adaptado, os professores se esforçaram para me ensinar, faziam tudo que estava ao alcance deles para que eu pudesse aprender, mas esbarravam na falta de recursos adaptados e na falta de conhecimento do ensino e aprendizado de alunos cegos.

Em 2014, concluí o ensino médio. Em 2018 tentei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pela quarta vez. Eu já estava desanimado, sem esperança, quando em fevereiro de 2019 consigo passar para o curso de Pedagogia na Universidade Federal do Ceará (UFC) por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Eu não conseguia acreditar! Parecia um sonho! Eu estava na Universidade Federal do Ceará. Ao chegar na universidade, na semana de integração, já fiquei sabendo, através de meus colegas, que tinha um trabalho a fazer. Eu tomei um susto, pois o professor ainda não tinha dado a primeira aula! Posteriormente, entendi que ele fez isso para compensar uma aula perdida, visto que, na primeira semana não temos aulas porque é semana de boas vindas. Para piorar a situação, o trabalho consistia em fazer um resumo de um texto que não estava acessível, pois era PDF imagem.

Então, encaminhei para a Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência (SAPD) para que fosse adaptado. No primeiro dia de aula, expliquei a minha situação e me foi concedido mais tempo para fazer o trabalho. Percebi, logo de cara, que os professores da universidade, assim como os professores do ensino médio e fundamental, não estavam preparados para ensinar estudantes com deficiência visual e isso começou a me preocupar. Comecei a refletir: Se esses professores que estão ensinando no curso de pedagogia, formando futuros professores, não sabem como ensinar alunos com deficiência, como os futuros professores, que estarão na sala de aula posteriormente e que terão alunos com deficiência irão saber ensinar?

Os professores da faculdade não sabiam braille, tinham muita dificuldade para descrever as imagens, e aqui destaco um fato que me marcou muito minha trajetória na faculdade de educação:

Certo dia, o professor pediu para que a turma fizesse um resumo de um vídeo que só tinha um fundo musical e homens gritando. Respirei fundo e pensei: "Essa é a primeira vez que ele está passando um vídeo na turma. Vou "dar um desconto" porque "errar uma vez é humano" e eu sou o primeiro aluno cego dele. Então, ele ainda está em processo de adaptação".

Pedi ajuda a uma amiga, que na época era agente de acessibilidade. Ela fez a descrição para mim em áudio e me enviou por whatsapp. Fiz o resumo, enviei por e-mail com algumas observações. Na aula seguinte , ele perguntou: "O que vocês entenderam do vídeo?" Eu prontamente respondi: "GRITO". Expliquei para ele que vídeos daquela forma não davam certo, pois não eram acessíveis. Algumas aulas depois, ele pediu novamente para que a turma fizesse um resumo de outro vídeo. Dessa vez, o vídeo estava em inglês, com a legenda em português, o que para mim continuava sendo inacessível, visto que, não sei inglês e não poderia visualizar as legendas.

Confesso que fiquei aborrecido, entretanto, fiz o mesmo procedimento do vídeo anterior e mandei para o e-mail dele com uma série de reclamações. Ao final de tudo isso, a chateação não havia passado, no meu íntimo, buscava uma forma de mostrá-lo a incoerência daquele processo de ensino para com um aluno cego .

Após o envio do trabalho, decidi escrever o trabalho em braille e entregar na no dia de sua aula. Já estava tudo preparado! Na cantina, contei o que iria fazer para alguns colegas, e elas logo disseram:

- -"Cara, não faz isso não!".
- -"Eu não tô nem vendo".
- -"Desiste. Ainda dá tempo!".
- -"Não. Eu vou até o fim".

Minha mãe preocupada, disse:

- -"Tu não vais faltar com respeito com o teu professor!".
- -"Vou não. Eu sei o que eu estou fazendo! E não estou fazendo nada de errado.

Só estou lutando por um direito que é meu."

Saio da cantina e vou para a sala com minhas colegas. Retiro da mochila a pasta em que o trabalho está e espero o professor chegar. O professor entra na sala dizendo:

- -"Geilson, você reclama demais que o vídeo não está acessível".
- -"É, professor, realmente o vídeo não estava acessível, mas com toda dificuldade eu fiz o seu trabalho. está aqui".
- -"Mas você não tinha mandado no e-mail para mim?"
- -"Sim, professor, eu mandei no seu e-mail, mas eu fiz esse resumo aqui especialmente para o senhor".
- -"Você quer que eu leia isso aqui?"
- -"Sim, professor, quero que o senhor leia o meu resumo em voz alta, corrija e dê minha nota".

A turma toda bateu palmas.

- -"Mas eu não fui preparado para isso", disse ele.
- -"Mas isso não é desculpa", respondi. Têm a Secretaria de Acessibilidade, a Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência, os agentes de acessibilidade, os pesquisadores que atuam na área, tem o Google, tem o YouTube e muitas outras maneiras de acessibilizar recursos pedagógicos".

Um silêncio tomou conta da turma por um momento. Pouco a pouco os alunos foram se manifestando e expressando sua opinião acerca do ocorrido. "Professor, essa atitude que o Geilson teve foi um método pedagógico de empatia, porque o que o senhor está sentindo agora foi o que ele sentiu quando o senhor mandou o vídeo para ele", comentou um dos alunos. Após essa experiência, o professor mudou "da água para o vinho". As aulas se tornaram mais acessíveis, o professor passou a descrever as imagens, os vídeos passaram a vir em português. Esse fato ficou conhecido na Faculdade de Educação como a lenda urbana do "resumo em braille", que virou vídeo no youtube¹.

Faço questão de contar essa experiência com detalhes, uma vez que esta ilustra de forma significativa a importância da problemática abordada neste estudo. Aqui, vale ainda mencionar, que essa história também se tornou um cordel, pela poesia e imaginação do professor Luís Távora Furtado da UFC. "A Peleja do Aluno Cego com o Professor Poliglota", em anexo o cordel na íntegra.

Após ingressar na faculdade, olhando para trás, pude perceber que o problema sempre foi o mesmo, só mudava o endereço e nome da instituição. Foi por causa da falta de preparo dos professores que eu não pude estudar em uma escola perto da minha casa nos primeiros anos de escolarização. Foi por causa da falta de preparo dos professores, que nos

¹O dia em que eu entreguei um trabalho em braille para o professor: https://www.youtube.com/watch?v=JxKJFxnh8rA

anos finais do ensino fundamental e no ensino médio tive tantas dificuldades em disciplinas na área de exatas. Muitas vezes, perdia noites de sono com fortes dores de cabeça, com medo de ser reprovado. E foi por falta de preparo dos professores que eu entreguei o resumo em braille e escolhi a temática do meu Trabalho de Conclusão de Curso, quero encerrar de uma vez por toda esse ciclo de despreparo docente.

Quero dar continuidade a esta narrativa, lutando pela inclusão do ensino braille como disciplina obrigatória nos cursos de pedagogia, pois, na atual matriz curricular, aprendemos como alfabetizar alunos que enxergam, mas não somos ensinados a como alfabetizar alunos cegos. Almejo levar isso para o mestrado, doutorado. Quero atuar na formação de professores e espero que um dia eu possa ministrar essa disciplina no curso de pedagogia da UFC, formando professores da mais alta qualificação, para que em suas salas de aula possam fazer acontecer a verdadeira inclusão. E, que se for para um aluno cego entregar um trabalho em braille para o professor, que seja porque ele saiba ler e não para cobrar uma aula inclusiva. Antes e depois do resumo em braille. Com a palavra: o professor Wagner Andriola². Diante do exposto, apresenta-se como objetivo geral: analisar as percepções dos docentes e discentes da faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, acerca da formação para o ensino de braille. Como objetivos específicos proponho:

- 1. Identificar as principais dificuldades dos docentes da FACED/UFC para lidar com alunos cegos nas disciplinas do curso de pedagogia;
- 2. Averiguar as principais dificuldades dos discentes oriundas da atual matriz curricular, no que se refere ao ensino e aprendizagem de alunos cegos.

Esse estudo, apresenta como justifica a importância do Braille, que é o sistema de leitura e de escrita para cegos, entretanto, infelizmente os professores do ensino regular, não estão preparados para alfabetizar alunos cegos utilizando o referido sistema, isto, por não saberem ou não conhecerem este. Supõe-se que essa falta de preparo, pode ser amparada pela ausência do ensino de braille como disciplina obrigatória nos cursos de pedagogia e nas licenciaturas, cursos responsáveis pela formação de professores.

Essa justificativa se apoia também, na problemática da falta desse conhecimento por parte do professor, o que por sua vez, implica sérios prejuízos para os estudantes cegos que precisam desse sistema para ingressar no "universo" da leitura e da escrita. O primeiro desses prejuízos é a exclusão. O professor de sala, que não sabe braille, obriga o estudante a ir no contraturno para o AEE para ter acesso ao conhecimento. O segundo é a defasagem na

_

²https://www.youtube.com/watch?v=1Myit8hm7jl

leitura e na escrita, que ocorre devido ao fato de o braille ser ensinado de modo desvinculado ao processo de alfabetização. Um exemplo prático dessa defasagem, é a aprendizagem da grafía de palavras que utilizam letras com sons semelhantes.O terceiro e não menos desfavorável, está relacionado ao acesso ao AEE e às instituições especializadas, nem todas as escolas e municípios possuem este serviço, fazendo com que o estudante precise se deslocar para outra instituição para aprender e, dependendo da localidade onde mora o estudante, ele pode ter dificuldade de chegar na instituição.

Nesse sentido, é de extrema importância que o professor já saia da graduação sabendo alfabetizar em braille, visto que esta ferramenta é o meio mais eficiente da criança cega ser alfabetizada, posto que, ela tem o contato direto com a palavra, escrita por meio do tato. O braille, precisa ser incluído na matriz curricular dos cursos de pedagogia como disciplina obrigatória, para que o estudante possa ser alfabetizado pelo professor. Essa mudança curricular, pode colaborar para a inclusão na sala de aula, pois o estudante cego será alfabetizado junto com os seus colegas videntes, participando do mesmo processo, mas por caminhos diferentes, e poderá assim, participar das atividades regulares, com autonomia junto com seus colegas. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi um estudo de caso, tendo como amostra alunos e professores do curso de pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Ceará(UFC).

2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO BRAILLE

O Braille é um sistema de leitura tátil para pessoas cegas, o mesmo é reconhecido também, como Código Braille e tem como criador o francês Louis Braille no ano de 1825, no Instituto Roayales des Jeunes Aveugles, em Paris, onde foi criado, desenvolvido, experimentado e difundido. Este é o processo de escrita em relevo mais adotado em todo o mundo e se aplica não só à representação dos símbolos literais, mas também a muitos outros (CERQUEIRA, 2006).

A essência do Braille, se relaciona intimamente com a história de seu criador à medida que o desenrolar da experiência de vida de Louis narra um acidente que se transformou em oportunidade de acesso à leitura para muitos. Nascido na pequena cidade de Coupvray, em janeiro de 1809, tinha 3 anos, quando, brincando na oficina do pai, feriu o olho esquerdo com uma ferramenta pontiaguda, a infecção do ferimento acabou ocasionando a perda da visão. A infecção passou para o olho direito, deixando Louis completamente cego. Inicialmente o menino começou a estudar em uma escola comum, junto com crianças que enxergavam. Sua inteligência impressionava a todos, pois tinha grande facilidade de decorar os conteúdos que eram passados pelos professores (KUGELMASS, 1951).

Em 15 de fevereiro de 1819, foi admitido no Instituto Real de Jovens Cegos de Paris, primeira escola especializada no ensino de alunos cegos do mundo. Louis começou a pesquisar diversos métodos que tornasse a leitura e a escrita mais acessível para cegos, pois as dificuldades enfrentadas em seus estudos o levaram desde cedo a preocupar-se com a necessidade de um sistema de escrita. O número de livros era reduzido, tornando o acesso ao conhecimento ainda mais restrito (LEMOS *et al*, 1999).

A chegada de Charles Barbier de la Serre, Capitão reformado da artilharia francesa, que visitou a instituição em 1821 ao instituto, possibilitou a Louis conhecer o método chamado de escrita noturna, posteriormente chamado de sonografia. O método de comunicação tátil, que usava pontos em relevo dispostos num retângulo com seis pontos de altura por dois de largura e que tinha aplicações práticas no campo de batalha, quando era necessário ler mensagens em períodos noturnos. Assim era possível trocar ordens e informações de forma silenciosa (LEMOS *et al*, 1999).

A escrita militar noturna baseava-se numa tabela de trinta e seis quadrados, cada quadrado representando um som básico da linguagem humana. Duas fileiras, com seis pontos cada uma, eram gravadas em relevo no papel. O número de pontos na primeira fileira indicava

em que linha horizontal da tabela de sons vocálicos se encontrava o som desejado e o número de pontos na segunda fileira designava o som correto naquela linha. Esta ideia de usar um código para representar palavras em forma fonética foi introduzida no instituto. Louis Braille dedicou-se de forma entusiástica ao método e passou a efetuar algumas melhorias (LEMOS *et al*, 1999).

O sistema noturno apresentava algumas fragilidades como não permitir a soletração de palavras e ser muito complexo. Este, que tinha 12 pontos, passou a ter 6 pontos, em duas colunas na vertical. Com a combinação de seis pontos em diferentes posições, foi possível formar as letras do alfabeto, números, pontuação, entre outros símbolos gráficos. Em 1824, a base do seu sistema estava toda formada. Na sua última publicação, em 1839, Louis deu o nome de grafía pontilhada. O código braille foi aceito pelos estudantes, que logo se adaptaram ao novo método de ensino. O sistema braille só foi aceito oficialmente em 1843, quando a instituição mudou sua sede e o novo diretor oficializou o método. Infelizmente Louis não acompanhou o sucesso de seu sistema, pois veio a falecer em 1852, vítima de uma tuberculose (LEMOS *et al*, 1999).

3 LEGISLAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

As deliberações legais, são importantes aliadas de todo processo de inclusão. Sassaki (2009), destaca que estas, como um eixo da acessibilidade que abre porta para a materialização da inclusão, e nesse sentido menciona ainda que a "Acessibilidade Programática" está relacionada às leis, decretos, e regulamentações jurídicas que respeitam e atendem as demandas das pessoas com deficiência.

No que tange a legislação sobre a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil, é possível dizer que graças a democratização do acesso à educação superior do referido público nas políticas públicas nacionais, pessoas com deficiência, que historicamente eram excluídas do contexto educacional, passaram a ter acesso a universidade pública, por exemplo.

A constituição federal de 1988, no artigo 208, que trata da educação básica e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para otrabalho e a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

1996 - Lei nº 9.394 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor, tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. Também afirma que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

1999 - Decreto nº 3.298 O decreto regulamenta a lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências.

O objetivo principal é assegurar a plena interação da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural do país. Sobre o acesso à educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento de ensino regular.

2001 - Resolução CNE/CEB nº 2 O texto do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui diretrizes nacionais para a Educação Especial da educação básica. Entre os principais pontos, afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Porém, o documento coloca como possibilidade a substituição do ensino regular pelo ensino especializado. Considera ainda que o atendimento escolar dos alunos com deficiência tem início na Educação Infantil, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

- 2002 Resolução CNE/CP nº 1/2002. A Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Sobre a Graduação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
- 2002 Lei nº 10.436/2002 Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
- 2006 PNE Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, UNESCO e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Entre as metas está a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.
- 2007 Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No âmbito da Educação Inclusiva, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares , da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.
- 2008 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar as políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.
- 2008 Decreto nº 6.571 Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na educação Básica e o define como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos nos ensinos regulares. O decreto obriga a União a prestar apoio técnico financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola.

- 2009 Resolução nº 4 CNE/CEB O foco dessa resolução é orientar o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na educação Básica, que deve ser realizado no contraturno e preferencialmente nas chamadas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares. A resolução do CNE serve de orientação para os sistemas de ensino cumprirem o Decreto nº 6.571.
- 2011 Decreto nº 7.611 Revoga o decreto nº 6.571, de 2008 e estabelece novas diretrizes para o dever do estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial. Entre elas, determina que sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, que o aprendizado seja ao longo de toda a vida e impede a exclusão do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência. Também determina que o Ensino Fundamental seja gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, que sejam adotadas medidas de apoio individualizadas e efetivas , em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena e diz que a oferta de Educação especial deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino.
- 2012 Lei 12.764 A Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.
- 2015 Lei nº 13.146/2015 Também conhecida por Estatuto da Pessoa com Deficiência, LBI (Lei Brasileira de Inclusão), dedica o Capítulo IV à educação. Os seguintes artigos afirmam:
 - III projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
 - IV oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
 - X adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
 - XII oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
 - XIII acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
 - XIV inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; (BRASIL, 2015)

Pode-se observar que ao longo das últimas décadas , muitas leis, resoluções, e decretos foram criados no Brasil para garantir a inclusão de estudantes com deficiência. Entretanto, apesar de ressaltar a importância de tais feitos, é imprescindível comentar que entre a lei e a realidade brasileira existe um grande abismo.

Isto porque, dentro da sala de aula, nas escolas e universidades, o contexto é outro. Ainda é possível encontrar professores despreparados para o ensino e aprendizado de alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial, e ambientes educacionais inacessíveis em várias dimensões, com a ausência das adaptações razoáveis à condição de deficiência dos alunos em questão .

4 METODOLOGIA

Para a execução dessa pesquisa, faz-se necessário a compreensão do percurso metodológico que junto aos objetivos, são elementos indissociáveis para a apreensão dos resultados da mesma. Em consonância com esse aspecto, Pereira *et al.* (2018, p.67) alude que: "Método é o caminho para se realizar alguma coisa e quando se tem o caminho, torna-se mais fácil realizar viagens sabendo onde se está e aonde se quer chegar e como fazê-lo."

De modo introdutório, sucedeu-se uma pesquisa bibliográfica, comum a todo trabalho científico, também necessário para aquisição do embasamento teórico acerca da temática aqui tratada. Sobre esse método, Severino (2013, p.106) acrescenta que "A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.[...]" Entretanto, para o contexto da pesquisa e do pesquisador em questão, é oportuno relatar, que o universo "desses registros" foram demasiadamente restritos, uma que encontravam-se em grande maioria, inacessíveis a recuperação e leitura de um pesquisador cego.

Por se tratar de um estudo de caso, essa pesquisa traz uma análise mais detalhada, do caso que em questão apresenta o ensino do braille na formação dos professores com a particularidade das percepções de docentes e discentes da Faculdade de Educação (FACED/UFC). Este tipo de estudo traz uma riqueza de dados e informações que contribuem para o saber de área de conhecimentos na qual for utilizada (PEREIRA al et. 2018, p.65).

No presente estudo, essa metodologia foi requerida para investigar melhor aspectos referentes à ausência do ensino de Braille na matriz curricular do curso de pedagogia da supracitada instituição. A indagação que correlaciona outro campo do processo de inclusão de alunos com deficiência, e simultaneamente norteia esta pesquisa é: por que temos o ensino de libras como disciplina obrigatória e não temos o braille? O braille não tem a mesma importância para pessoa cega da mesma forma que libras tem para pessoa surda?

Posto isso, ressalta-se que a amostra foi composta por discentes, que cumpriram o primeiro estágio, e docentes da faculdade de educação. Essa amostra não é probabilística, pois a coleta dos dados foi realizada de acordo com a disponibilidade dos docentes e discentes. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário, composto por perguntas objetivas e subjetivas. A elaboração deste, ocorreu por meio da plataforma *google forms* e aplicação durante o período de 30 de junho ao dia 6 de julho.

Essa pesquisa, possui abordagem quali-quantitativa, de maneira que as respostas dos questionários foram quantificadas, e também analisadas de forma crítica e reflexiva. Essa

sistematização para análise de dados é apresentada sobre ótica antagônica na perspectiva de Gil (2002, p.134), entretanto, para este, será usada em lógica de complementaridade, na qual se usará as potencialidades de ambas para o enriquecimento da inferência.

Nesse ínterim, é válido mencionar que a análise em evidência, teve como base o referencial teórico que fundamentou este estudo. E todavia, para melhor diagnóstico, os questionários foram organizados em dois grupos: docentes e discentes. Os resultados, foram analisados minuciosamente questão a questão.

O presente trabalho, possui uma singularidade, uma vez que se trata de um estudo realizado por um pesquisador com deficiência visual. Em virtude disso, a apresentação dos dados a seguir, estarão de acordo com padrões de acessibilidade para pessoas cegas, e portanto, não serão apresentados, gráficos, tabelas, imagens ou recursos visuais dessa natureza. Nesta ocasião, é necessário proferir ainda, que para a inserção das perguntas no *google forms* e a construção de gráficos foi preciso apoio técnico assim como também para a transcrição dos dados.

Com efeito, Cavalcanti *et al*, (2021) menciona que é fundamental que os discentes com deficiência possam ter acesso à formação voltada para a pesquisa, esse conhecimento empodere os sujeitos permitindo seu ingresso no mundo científico. Inserir pessoas com deficiência no âmbito de produção científica é um importante mecanismo de potencialização para a formação desses discentes, sobretudo porque o exercício deste tipo de produção submete os/as pesquisadores/as em formação para dialogar com teorias, conceitos e metodologias. Deste modo, quanto maior o acesso das pessoas com deficiência neste processo formativo, mais terão subsídios para ingressar em programas de iniciação científica, bem como em programas de pós-graduação.

Esse processo formativo, precisa de incentivo das instituições objetivando uma inclusão pautada na equiparação de oportunidade e não no assistencialismo, que não contribui com o crescimento das potencialidades de um pesquisador com deficiência diante das barreiras sociais.

5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados nessa pesquisa, foram estruturados de forma que o pesquisador que tem deficiência visual pudesse ter acesso, portanto não há uso de tabelas e/ou gráficos dado que imagens, não podem ser lidos por programas leitores de tela. A propósito, a forma de apresentar os resultados da investigação foge do convencional, tendo em vista que muitos recursos para análise e processamentos de dados não possuem acessibilidade o bastante para uma pessoa cega. Pensou-se assim, proporcionar também, aos futuros leitores com a condição de deficiência visual, um melhor entendimento.

5.1 Análise das respostas dos discentes

O critério pré estabelecido para que os estudantes participassem da pesquisa exigia a passagem por pelo menos um estágio, para que pudessem ter conhecimento prévio acerca do espaço escolar e experiência em sala de aula.

Desse modo, houve 19 alunos do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) que participaram do estudo, compondo, assim, a amostra da pesquisa, que foi constituída em sua maioria por mulheres (n=17 ou 89,5%), enquanto os homens compuseram a menor parte da amostra (n=2 ou 10,5%). A média de idade foi de 24 anos, moda de 21 anos (n=4 ou 21,1%) e amplitude entre 20 e 52 anos.

Perguntados acerca de *terem tido algum aluno cego durante o estágio curricular*, todos os respondentes asseguraram negativamente. Esta informação proporciona ao autor certa inquietação, que o permite questionar: *afinal, onde estão os alunos cegos?* Nesse contexto, faz-se pertinente lembrar que, consoante a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975, p. 1), a Educação é um direito de todos. Assim, possibilitar o ingresso e a permanência de qualidade dos discentes com deficiência é fundamental para a efetivação da lei. Muito provavelmente, os estudantes não encontraram nenhum aluno cego no decorrer do estágio porque estes devem estar em uma escola especializada para atendimento de cegos, como já relatado no início do trabalho.

Na sequência, perguntou-se aos alunos se *o curso de graduação prepara plenamente o ensino e aprendizado de alunos cegos em sala de aula?* A expressiva maioria dos alunos (n = 18 ou 94,7%) asseverou que não. A maioria dos respondentes destacou que a graduação em pedagogia deixa muitas lacunas no que diz respeito ao ensino e aprendizagem de alunos cegos. Houve quem destacasse que uma minoria dos universitários não têm consciência dessas lacunas, tampouco dos prejuízos que estas podem acarretar na vida dos

alunos cegos.

Indagados acerca das maiores lacunas oriundas da atual preparação, os alunos destacaram:

- a) Ausência de disciplinas voltadas ao atendimento de alunos cegos ou ao ensino do Braille (n = 11 ou 58% dos alunos);
- b) Ausência de estágios na área da Educação Especial ou Educação Inclusiva (n
 = 6 ou 31,6%);
- c) Ausência de disciplinas específicas para cada tipo de deficiência (n = 2 ou 10,4%).

A respeito do ensino de Braille e a formação dos professores, Barbosa, Silva e Souza (2019, p.52) destacaram que o conhecimento em Braille pode favorecer o empoderamento dos discentes uma vez que:

O desconhecimento da grafía Braille por parte do professor tem contribuído para o isolamento cultural das pessoas cegas, levando-as, não raras vezes, a abandonar a escolarização por se sentirem solitárias e pouco motivadas a prosseguir. Numa sociedade essencialmente letrada, cujo domínio da linguagem escrita constitui poder cultural e, por extensão, social e econômico, essa situação, análoga ao analfabetismo ou ao alfabetismo funcional para as pessoas videntes, pode acarretar sérias desvantagens.

O estágio na área inclusiva, onde os formandos poderiam está em contato direto com a realidade, poderia viabilizar práticas como esses alunos, como também o conhecimento sobre metodologias e recursos pedagógicos que são utilizados nas aulas.

Os estudantes apontam em suas respostas, uma defasagem na disciplina de educação especial, pois argumentaram que nessa disciplina só tem uma aula sobre deficiência visual, não tem nenhuma disciplina específica voltada para braille, nem obrigatória, muito menos optativa. Outro ponto abordado é que a temática de inclusão é centralizada nas disciplinas de educação especial e educação inclusiva, quando deveria está presente em todas as disciplinas, porque se a inclusão é para todos, ela precisa ser transversal, está presente em tudo e em todos.

A falta de materiais pedagógicos adaptados, como utilizá-los, é outra lacuna apontada pelos estudantes, como tornar um conteúdo que é visual e tátil para que o aluno cego possa ver com as mãos? Um estudo interessante foi a pesquisa sobre o See Color: Desenvolvimento de uma linguagem tátil das cores para pessoas com deficiência visual (MARCHI, BROGIN,OKIMOTO, 2022), essa linguagem permite que pessoas cegas possam identificar as cores por meio do tato.

Outro aspecto relevante, foi o relato onde os estudantes sentem falta de terem contato com professores e alunos cegos, de ouvir suas experiências, ter um contato mais próximo. A esse respeito, indagou-se aos alunos se estes achavam *importante o ensino de Braille na formação dos futuros professores*. Todos eles responderam de modo afirmativo, corroborando com as opiniões expressas por Barbosa, Silva e Souza (2019) e todos destacaram que gostariam de ter aprendido o Braille durante a formação. Não obstante, a maioria dos alunos (n = 10 ou 52,6%) não conhece o sistema de Braille. Dentre aqueles que conhecem o Braille (n = 9 ou 47,4%), houve a exposição de que se trata de um sistema acessível para cegos, que é composto por uma combinação de pontos, para representar as letras do alfabeto, que se ler com o tato, então eles já tem o conceito do Braille, o que falta é a aprendizagem desse sistema, sabem a teoria, mas não sabem a prática. Estes alunos sabem que para formar as letras, números, etc, é necessário combinar os pontos, mas eles não sabem quais combinações formam determinada letra, números, entre outros símbolos da escrita. Esse conhecimento relatado foi adquirido na convivência com colegas cegos.

5.2 Análise das respostas dos docentes

A amostra de professores foi composta por 20 sujeitos, sendo a maioria do sexo feminino (n = 13 ou 65%) e a minoria do sexo masculino (n = 7 ou 35%), repetindo o padrão da FACED, cujo corpo docente é formado majoritariamente por mulheres. No que tange ao tempo de exercício no magistério, variou de nove a 38 anos, com valor modal de 18 anos.

Indagados sobre a presença de alunos cegos em disciplinas ministradas, a ampla maioria dos professores respondeu positivamente (n = 18 ou 90%). As formas como os professores tiveram conhecimento de que teriam algum aluno cego em suas disciplinas foram as seguintes:

- a) Através do próprio aluno, geralmente no primeiro dia de aula (n = 10 ou 56%);
- b) Através da Coordenação do Curso (n = 4 ou 22%);
- c) Através da Secretaria de Acessibilidade (n = 4 ou 22%).

Alguns professores ficaram sabendo que teriam um aluno cego no seu primeiro dia de aula pelo próprio aluno, outros foram avisados por meio da coordenação do curso e outros pelo agente de acessibilidade. A Comissão de Agentes de Acessibilidade foi instituída pela Portaria n. 216/2021/REITORIA/UFC. Trata-se de uma extensão da Secretaria de Acessibilidade nas Unidades Acadêmicas da UFC, tem como atribuições:

Contribuir para a implantação e expansão da política de acessibilidade nas unidades acadêmicas; Identificar estudantes com deficiência e/ou com altas habilidades e suas necessidades pedagógicas; Influir junto à direção da unidade acadêmica para a

superação de barreiras de acessibilidade identificadas; Favorecer a comunicação entre o estudante com deficiência e a coordenação do curso; Dar suporte à Secretaria de Acessibilidade para a instalação de softwares acessíveis nos laboratórios e/ou equipamentos de tecnologia assistiva; Propor e/ou desenvolver estudos, seminários, debates e pesquisas que forneçam subsídios em caráter propositivo para a formulação, elaboração e avaliação de políticas públicas de acessibilidade e inclusão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2021).

Pelas respostas dos docentes observa-se que não há uma política em relação ao atendimento de alunos cegos, não há constância e procedimento bem definidos que prepare os docentes para recebê-los.

Criada em 30 de agosto de 2010, a Secretaria de Acessibilidade UFC inclui é a instância responsável por atender os discentes com deficiência, usuários do atendimento educacional especializado, na esfera acadêmica. Por sua vez, a mesma atua em várias dimensões da acessibilidade, onde faz-se necessário mencionar a atuação, tecnológica, atitudinal e pedagógica. A referida Secretaria, trabalha ainda na elaboração e implementação de uma política central de inclusão e acessibilidade na UFC, que venha ser respeitada e implementada nos diversos espaços da Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010).

Com isto, para viabilizar a continuidade da política de cotas e o pleno acesso à formação de qualidade dos estudantes com deficiência, são ofertados pela Secretaria, serviços como a produção e adaptação de materiais em formatos acessíveis, apoio pedagógico e tradução/interpretação de Libras. O órgão em questão, luta pela descentralização das iniciativas de acessibilidade, promovendo o constante diálogo com professores, coordenadores, chefes de departamento, servidores técnico-administrativos e estudantes interessados em fazer sua parte nesse desafio (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010).

Indagados acerca da reação ao saber que iriam lidar com um aluno cego, os professores destacaram estratégias e sentimentos de *felicidade, tranquilidade e animação* (n = 8 ou 44%), *surpresa, preocupação e insegurança* (n = 5 ou 28%) e *necessidade de adaptar estratégias de ensino* (n = 5 ou 28%).

Com isto, foi possível perceber que na maioria dos professores existe um sentimento de alegria, felicidade em ter um aluno cego em sala de aula. Muitos veem uma oportunidade de melhorar sua prática docente. Mas, é perceptível também sentimentos de insegurança, medo, despreparo, pois o novo assusta, e o professor, que estava acostumado a ministrar suas disciplinas de uma determinada forma, é chamado a sair da sua zona de

conforto, rever sua didática, aprender novas metodologias de ensino, isto é, renovar seus saberes.

A insegurança demonstrada é também reflexo de um histórico de exclusão da pessoa com deficiência, pois muitos desses professores, quando eram alunos da educação básica, não tiveram a oportunidade de ter um colega cego em sua sala de aula. Quando o professor tem uma formação que o prepare para lidar com essa realidade em sua sala de aula, ele se sente mais tranquilo, um indício disso, é a resposta de alguns dos entrevistados que têm mestrado com estudos referentes à deficiência visual.

Indagados acerca de se considerarem *preparados para lidar com alunos cegos*, a expressiva maioria destacou que não (n = 18 ou 90% dos respondentes), revelando, desse modo, o quanto a formação dos docentes da FACED foi inadequada no que diz respeito a acessibilidade e inclusão, particularmente de alunos cegos.

Indagados acerca das **estratégias para incrementar a preparação para lidar com o aluno cego em sala de aula**, a maior parte (n = 6 ou 33%) destacou que buscou interagir com outros professores mais experientes e com alunos cegos, na convivência em sala de aula. Igualmente, este grupo buscou formação por conta própria, através de leituras, informações com outros colegas, nada formalizado para que o docente pudesse ter um apoio.

Portanto, observa-se que a precarização do ensino na perspectiva da inclusão, se encontra em todos os níveis e modalidades, tanto na formação inicial, quanto continuada. No ensino superior, o aluno cego tem autonomia para dizer como o professor pode melhor proceder, mas na educação básica essa autonomia não está nas crianças, e não é raro que seus responsáveis também não tenham as informações suficientes para garantir os direitos das crianças com deficiência.

As principais dificuldades para lidar com aluno cego no dia-a-dia da sala de aula dirigiram-se à descrição de imagens, pois eles não sabem transformar em palavras aquilo que estão vendo para uma pessoa cega, a audiodescrição precisa também está presente na formação inicial e continuada dos professores, porque a pessoa cega vai construindo sua visão de mundo de acordo com as informações que recebe, e essas informações não podem ser passadas de qualquer jeito. Se os professores da faculdade não sabem as técnicas básicas da audiodescrição, como formarão futuros professores para inclusão? Como esses futuros professores vão atuar com crianças cegas em suas salas de aula?

A audiodescrição segundo Motta(2021,p.66) é um recurso de acessibilidade comunicacional, ampliando o entendimento das pessoas com deficiência visual em todos os

tipos de eventos, sejam eles acadêmicos, científicos, sociais ou religiosos, por meio de informação sonora.

É segundo a autora um tipo de tradução intersemiótica que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com deficit de atenção, autistas, disléxicos e outros.(MOTTA 2021,p. 66)

A segunda dificuldade apresentada pelos docentes, foi relacionada ao material pedagógico. Muitos deles, são feitos para um padrão de aluno, e nesse padrão são desconsiderados fatores como a diversidade humana e as diferentes formas de apreender o conhecimento. A maioria dos recursos pedagógicos são visuais, ignorando alunos que têm acesso ao conhecimento por caminhos, que não seja a visão. Livros didáticos com audiodescrição, por sua vez, são quase inexistentes.

A propósito, aqui faz-se necessário refletir sobre a urgência de materiais pedagógicos acessíveis, que sejam pensados e elaborados para todos ou para o maior número de pessoas possíveis. Ao pensar em usuários, leitores e consumidores, da indústria editorial é preciso além de uma visão atual, democrática e inclusiva. Para o ambiente da sala de aula, seja em qual for o nível educacional, a acessibilização de recursos didáticos, podem otimizar de maneira expressiva o planejamento pedagógico do professor bem como o processo de aprendizagem do aluno cego.

Outro detalhe observado nas respostas, foi a dificuldade para enviar o material para biblioteca universitária. Nesse sentido, convém esclarecer que a Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência (SADP) do Sistema de Bibliotecas da UFC, é responsável pelo recebimento das demandas de materiais especializados. Esta, organiza ainda, o fluxo de atendimento nos núcleos que são compostos pelas bibliotecas de Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Central do Campus do Pici, FEAAC e Faculdade de Direito e nas bibliotecas do interior do Estado Campus de Sobral, Campus de Quixadá, Campus de Russas e Campus de Crateús (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2022).

O serviços ofertados pela seção e seus referidos núcleos de atendimentos, são normatizados pela Lei de Inclusão Brasileira nº 13.146 de 06 de julho de 2015, Lei dos Direitos Autorais nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, e o Tratado de Marraqueche, promulgado por meio do Decreto nº 9.522/2018, desse modo, as demandas são analisadas, e encaminhadas para seus devidos processamentos técnicos que se consolidam prioritariamente na edição e digitalização de textos acadêmicos (livros e artigos científicos) em formato

acessível, levantamento bibliográfico de literatura acadêmica e orientação à pesquisa bibliográfica (SOUSA *et al.*, 2019).

Sobre a Biblioteca Universitária, é importante elucidar que esta é a unidade responsável pelo apoio pedagógico e informacional aos alunos de uma instituição de ensino, e por isso, obtém lugar de destaque no processo de ensino e aprendizagem dos discentes e toda comunidade acadêmica. No que tange aos usuários com deficiência, é necessário atenção especializada, não tão somente no acesso aos ambientes físicos da biblioteca, mas aos espaços imateriais por onde caminha o conhecimento em seus mais variados suportes informações.

Nas aulas que acontecem fora da faculdade, por exemplo, a maioria dos espaços não são acessíveis, há ambientes acessíveis aqui, outro ali, mas esses espaços quando foram criados não foram pensados para acolher a todos.

A condição socioeconômica do estudante impacta diretamente em sua trajetória, visto que os recursos de Tecnologia Assistiva custam recursos financeiros que em muitos casos os discentes não possuem.

A mencionada falta de preparo para se relacionar com o aluno cego, o não saber como se comportar, o medo de falar algo que magoe o estudante, pronunciar um termo inadequado, faz parte da convivência entre pessoas com e sem deficiência. Mas essa situação muda com a convivência e o enfrentamento dos medos.

Os relatos dos docentes demonstram que os docentes não pararam diante das dificuldades, tiveram a humildade de reconhecer que não sabiam como ensinar um aluno cego, e se colocaram na posição de aprendiz, fizeram tudo aquilo que estava ao seu alcance para incluir o aluno. A maioria deles não tinha a acessibilidade pedagógica, mas tinha a mais importante de todas que a acessibilidade atitudinal.

Ter um aluno cego em sala de aula trouxe aos professores uma nova visão de mundo, puderam tocar na realidade do aluno cego como ela realmente é, as dificuldades enfrentadas, a precarização não só do ensino, mas da educação como um todo, puderam ver as lacunas que existem na sua formação inicial, o que os torna profissionais mais sensíveis. Puderam também, perceber os benefícios que o estudante com deficiência trouxe para a turma, puderam ver que a inclusão é possível. Esses relatos provam que alunos com deficiência não atrapalham, mas contribuem para uma educação mais humanizada.

Com a presença do aluno cego, alguns professores incluíram a temática da inclusão em suas disciplinas, mas, o tema da inclusão ainda está muito centralizado nas disciplinas de educação especial e inclusiva, quando deveria está presente em toda matriz curricular

O corpo docente da faculdade de educação precisa ler mais sobre a temática da inclusão, buscar saber como os estudantes que são público-alvo da educação especial aprendem, e fazer a transposição dos conteúdos que dizem respeito a inclusão para sua disciplina. Claro que o professor não pode fazer isso sozinho, precisa ser algo planejado no coletivo com a participação de todos tendo o apoio da instituição.

Os estudantes com deficiência precisam ser participativos, militantes na causa, compartilhando suas experiências, lutando pelos seus direitos, de maneira respeitosa, assumindo seu lugar de fala, sendo protagonista da sua história.

"Sim, porque todo aluno tem direito a um professor alfabetizado em "sua" linguagem."

A maioria dos docentes considera importante o ensino de Braille na formação dos futuros professores, embora não saiba sobre o processo de alfabetização do estudante cego. Outros docentes acreditam que o aluno cego pode ser alfabetizado sem o Braille por meio da tecnologia, mas consideram o Braille importante.

6 CONCLUSÕES

A inclusão de pessoas com deficiência na educação básica é um processo demorado e exige investimento na formação dos professores para lidar com diferentes realidades. Dentre essas realidades, as crianças estão em situação de vulnerabilidade social, e a educação é fundamental para que possam ter acesso a melhores condições de vida.

Nesse delineamento, torna-se essencial rememorar os objetivos propostos no início desta pesquisa, a fim de que seja possível considerar o alcance destes, bem como os desdobramentos da análise dos dados coletados.

O objetivo geral da pesquisa, qual seja: analisar as percepções dos docentes e discentes da faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, acerca da formação para o ensino de braille, foi alcançado por meio da coleta de dados resultante da aplicação do mesmo junto aos docentes e discentes da FACED.

Quanto ao primeiro objetivo específico: Identificar as principais dificuldades dos docentes da FACED/UFC para lidar com alunos cegos nas disciplinas do curso de pedagogia, foi atingido por meio das respostas fornecidas pelos participantes. Os resultados, permitiram compreender que uma das maiores fragilidades no atendimento ao aluno cego é o despreparo técnico e profissional não obtido pelos professores em sua formação. Contudo, a problematização desse *feedback*, é levada para um campo onde se percebe problemas estruturais da invisibilidade das pessoas com deficiências, em especial no que diz respeito em lugares como escolas e universidades.

Para o segundo objetivo específico: Averiguar as principais dificuldades dos discentes oriundas da atual matriz curricular, no que se refere ao ensino e aprendizagem de alunos cegos, foi alcançado por meio da coleta de dados junto aos consulentes. Neste, foi possível ainda, com riqueza de detalhes, identificar *gaps* institucionais que prejudicam de maneira expressiva o melhor aproveitamento da formação dos estudantes e professores da Faced no que tange às oportunidades de conhecer a educação inclusiva.

A presente pesquisa buscou analisar dentro dessa realidade, como a formação de professores pode contribuir, tendo o conhecimento em braille em proposta curricular. Diante dessa problemática, os achados identificaram que para discentes como docentes, existem algumas dificuldades: como a falta de disciplinas específicas, recursos didáticos, pouco conhecimento, incentivo, condições precárias na universidade, necessidade de uma abordagem transversal sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação.

Apesar das dificuldades apontadas, o ensino de braille foi considerado relevante

pela maioria, enfatizando que uma abordagem que contemplasse todas as deficiências seria o ideal, mesmo que fosse diluída em diferentes momentos da formação dos futuros professores.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luciane Maria Molina; SILVA, André Luiz da; SOUZA, Mariana Aranha de. O sistema Braille e a formação do professor: o acesso à leitura e a escrita por pessoas cegas. InFor, **Inov.Form**., Rev. NEaD-Unesp, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 49-71, 2019.

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10, 21 dez. 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001. **Diário Oficial da União**: seção 1E, Brasília, DF, p. 39-40, 14 dez. 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 2 de 19/02/2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de duração plena. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 31, 9 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 23-23, 25 abr. 2002.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 181, 13 nov. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 17-17, 2009.

BRASIL. Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, revoga o Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008. Brasília, 2011. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 12, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção

dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 30 do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

CAVALCANTI, José Eduardo; BEZERRA, Anahi; TEIXEIRA, Luiz Henrique Coelho de Siqueira; MEDRADO, Benedito. Diários de bordo de um jovem pesquisador com deficiência visual: desafios e possibilidades no exercício de produção científica. *In*:IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA- CINTEDI, 2021, [s.l]. **Anais** [...]. IV CINTEDI: [s.l], 2021.

CERQUEIRA, Jonir Bechara. **Grafia braille para a língua portugues**a. 2.ed. Brasília: SEESP, 2006.

DECLARAÇÃO dos Direitos das Pessoas Deficientes 1975. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975. Disponível em:

http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-dos-di reitos-das-pessoas-deficientes-onu-1975.pdf/view . Acesso em: 30 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 75 p.

KUGELMASS, J, Alvin. **Luís Braille**: janelas para os cegos. São Paulo: Melhoramentos, 1951. 95 p.

LEMOS, Edison Ribeiro; CERQUEIRA, Jonir Bechara; VENTURINI, Jurema Lucy; ROSSI, Teresinha Fleury de Oliveira. **Louis Braille** :Sua vida e seu sistema. 2.ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill Para Cegos, 1999.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

MARCHI,Sandra Regina; BROGIN,Bruna; OKIMOTO, Maria Lucia Leite Ribeiro.See Color: Desenvolvimento de uma linguagem tátil das cores para pessoas com deficiência visual. **Estudos em Design**. Rio de Janeiro: v. 30 n. 1 [2022], p. 75 – 90.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello. Audiodescrição na escola: orientações para professores em tempo de pandemia. In: MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira; GUERRA, Érica Simony F. M; FURTADO, Margareth Maciel Figueiredo Dias(Org.). **Educação superior, inclusão e acessibilidade:** reflexões contemporâneas. RJ,RJ: Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021. 304 p.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PARREIRA, Fabio José; SHITSUKA, Ricardo. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. 118 P.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Biblioteca Acessível**. Fortaleza: Biblioteca Universitária, 2022. Disponível em:https://biblioteca.ufc.br/pt/biblioteca-acessivel/. Acesso em: 9 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. Portaria nº 216, de 26 de agosto de 2021. Fortaleza: Secretaria de Acessibilidade, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. **Provimento nº 06/consuni de 30 de agosto de 2010.** Fortaleza: Secretaria de Acessibilidade, 2010.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2013. 143p.

SOUSA, Clemilda Dos Santos.SILVA, Giordana Nascimento de Freitas e; SOARES, Francisco Jonatan; MAIA, Ana Elizabeth Albuquerque; FARIAS, Alanna Larisse Saraiva de Acessibilidade informacional no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará: relato de criação e implantação da Seção de Atendimento à Pessoa com Deficiência. *In*: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2019, Vitória. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS DISCENTES

Sexo:
Idade (anos completos):
1) Você já fez estágio?
a) () Sim
b) () Não
2) Em seu estágio encontrou algum aluno cego?
a) () Sim
b) () Não
0)()1140
3) Você teve alguma dificuldade para lidar com esse aluno?
a) () Sim
b) () Não
4) Cite até três:
5) Como você se sentiu diante dessas dificuldades?
5) Como voce se sentra diante dessas diffedidades:
6) Como você se sentiu diante dessas dificuldades?
7) Você acredita que a sua graduação te prepara plenamente para o ensino e aprendizado de
alunos cegos em sala de aula?
a) () Sim
b) () Não
8) Que lacunas você identifica na atual matriz curricular do curso de pedagogia que não
proporciona esse preparo? Cite pelo menos três.
9) Você considera importante o ensino de braille na formação dos futuros professores?
a) () Sim

b) () Não
10) Va sà samb ass a sistema braille?
10) Você conhece o sistema braille?
a) () Sim
b) () Não
11) O que você sabe sobre o braille?
12) Você gostaria de ter aprendido braille na sua graduação?
a) () Sim
b) () Não
13) Você pretende aprender braille posteriormente?
a) () Sim
b) () Não
14) Você considera o braille importante para o aluno cego?
a) () Sim
b) () Não

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS DOCENTES

Tempo de exercício no magistério: (anos completos): 1) Você já teve um aluno cego em sua sala de aula? a) () Sim b) () Não 2) Como você ficou sabendo que teria um aluno cego? 3) Qual foi sua reação ao saber que teria um aluno cego? 4) Você teve algum preparo para lidar com esse aluno? a) () Sim b) () Não 5) Descreva como ocorreu a sua formação/preparação para lidar com o aluno cego em sala de aula? 6) Você encontrou alguma dificuldade para lidar com aluno cego? a) () Sim b) () Não 7) Quais foram as dificuldades? Cite até 3. 8) O que você fez diante dessas dificuldades 9) Quais aprendizados esta experiência te trouxe? 10) Quais disciplinas você ministra no curso de pedagogia?	Se	exo:
 a) () Sim b) () Não 2) Como você ficou sabendo que teria um aluno cego? 3) Qual foi sua reação ao saber que teria um aluno cego? 4) Você teve algum preparo para lidar com esse aluno? a) () Sim b) () Não 5) Descreva como ocorreu a sua formação/preparação para lidar com o aluno cego em sala de aula? 6) Você encontrou alguma dificuldade para lidar com aluno cego? a) () Sim b) () Não 7) Quais foram as dificuldades? Cite até 3. 8) O que você fez diante dessas dificuldades 9) Quais aprendizados esta experiência te trouxe? 	Те	empo de exercício no magistério: (anos completos):
 3) Qual foi sua reação ao saber que teria um aluno cego? 4) Você teve algum preparo para lidar com esse aluno? a) () Sim b) () Não 5) Descreva como ocorreu a sua formação/preparação para lidar com o aluno cego em sala de aula? 6) Você encontrou alguma dificuldade para lidar com aluno cego? a) () Sim b) () Não 7) Quais foram as dificuldades? Cite até 3. 8) O que você fez diante dessas dificuldades 9) Quais aprendizados esta experiência te trouxe? 	1)	a) () Sim
 4) Você teve algum preparo para lidar com esse aluno? a) () Sim b) () Não 5) Descreva como ocorreu a sua formação/preparação para lidar com o aluno cego em sala de aula? 6) Você encontrou alguma dificuldade para lidar com aluno cego? a) () Sim b) () Não 7) Quais foram as dificuldades? Cite até 3. 8) O que você fez diante dessas dificuldades 9) Quais aprendizados esta experiência te trouxe? 	2)	Como você ficou sabendo que teria um aluno cego?
 a) () Sim b) () Não 5) Descreva como ocorreu a sua formação/preparação para lidar com o aluno cego em sala de aula? 6) Você encontrou alguma dificuldade para lidar com aluno cego? a) () Sim b) () Não 7) Quais foram as dificuldades? Cite até 3. 8) O que você fez diante dessas dificuldades 9) Quais aprendizados esta experiência te trouxe? 	3)	Qual foi sua reação ao saber que teria um aluno cego?
 aula? 6) Você encontrou alguma dificuldade para lidar com aluno cego? a) () Sim b) () Não 7) Quais foram as dificuldades? Cite até 3. 8) O que você fez diante dessas dificuldades 9) Quais aprendizados esta experiência te trouxe? 	4)	a) () Sim
 a) () Sim b) () Não 7) Quais foram as dificuldades? Cite até 3. 8) O que você fez diante dessas dificuldades 9) Quais aprendizados esta experiência te trouxe? 	5)	
8) O que você fez diante dessas dificuldades9) Quais aprendizados esta experiência te trouxe?	6)	a) () Sim
9) Quais aprendizados esta experiência te trouxe?	7)	Quais foram as dificuldades? Cite até 3.
	8)	O que você fez diante dessas dificuldades
10) Quais disciplinas você ministra no curso de pedagogia?	9)	Quais aprendizados esta experiência te trouxe?
	10)	Quais disciplinas você ministra no curso de pedagogia?

11) Nas disciplinas que você ministra, tem algum conteúdo que aborde o ensino e aprendizado

de estudantes cegos?

12) Você considera importante o ensino de braille na formação de professores? Por que?		
13) Você acredita que o estudante cego pode ser alfabetizado sem o braille? Porque?		
14) Você sabe braille?		
a) () Sim		
b) () Não		
15) Você tem interesse em aprender braille?		
a) () Sim		
b) () Não		

ANEXO C – A PELEJA DO ALUNO CEGO COM O PROFESSOR POLIGLOTA

Autor: Luís Távora Furtado Ribeiro, UFC

Vou - lhes contar uma peleja De um tempo imemorial Entre um aluno talentoso, Deficiente visual E um professor famoso, Poliglota, bem garboso, Uma luta desigual.

O jovem necessitava Nas aulas das descrições Das figuras e imagens Pra estudar com seus botões. Em Braille, lia e escrevia. O Dox Vox traduzia, Vivendo sem aflições.

Aí começam as aulas E o docente brilhando, Com textos, falas, imagens, Os alunos cativando, Mas não sabia incluir E o que eu conto a seguir É o mundo sempre girando.

O aluno cego pediu:

- Professor, descreva tudo! Pra que eu possa acompanhar E sem, porém, ou contudo, Peço - lhe assim o favor Digo sem ter o temor De palmatória ou cascudo.

Por que Graciliano Ramos, Um escritor renomado, No livro "Infância" dizia Que muito havia apanhado. - Mas meu tempo é diferente, Não se fala mais "oxente" Para o dever decorado.

O professor dava aula Sem ter que se ocupar Daquele estudante cego, Um peixe sem seu lugar. No rio ou no oceano, Querendo o direito humano, Primeiro que é estudar.

Pensem num homem elegante Cabelo preto, penteado, Camisa chique de brim, Tecido liso ou listrado. Sapatos de mocassim, Altura média, "branquim", O professor invocado.

O aluno era alto Como ferrolho de igreja, Com sua bengala, famoso, E o bom Deus que lhes proteja. Magro, apenas pele e osso, Era galã, um colosso, O noivo que a sogra almeja.

Um professor e o aluno Duelam com destemor, O prêmio o conhecimento Ao que fosse o vencedor. Eu canto tudo que vi O que dizem, do que ouvi, Dessa dupla de valor.

Logo nas primeiras aulas Um filme apresentado, Sem ninguém para explicar, O mestre realizado, Mas sem gosto ou olfato, O rato foge do gato O lente, desorientado.

Bem depois de Bagdá, Lá nos idos de Pequim, Pelas bandas da Nigéria No Vietnã é assim. Predicado sem sujeito Pela casa do sem jeito Água de cheiro, sem carmim.

- Professor, como é que pode,
Tanta insensibilidade?
Como posso aprender
Ficando só na saudade?
Sem uma palha mover
O mestre sem compreender:
- Ajude - me por bondade!

Mas a questão prosseguia Como num drama sem fim Cada aula que ele dava Ia de mal a ruim. Nem rezando pro deus Baco Do aluno "a encher o saco" Era o começo do fim.

O estudante receoso Temia ser reprovado Ir pra recuperação Sem férias e envergonhado. Sem ter mais forças, coragem, Como um carro sem garagem Ou um velho disco arranhado.

O estudante revoltado Xingava o bom professor Dizia até palavrões Sozinho, pra seu tutor. Vivendo sem esperança De num tempo de bonança Um dia ainda ser doutor.

Os colegas já sabiam
De sua grande aflição
Pouco podendo fazer
Pra resolver a questão.
E os olhos lacrimejando,
Só, pelos cantos, chorando,
Sem crença na salvação.

Mas se há vida há esperança Que é a última a partir Ao fraco não se aconselha Com um valente bulir. A fé e a caridade Diz o livro da verdade Que podem nos redimir.

E o mestre ia à praia, A restaurante decente Para almoço ou jantar Vivendo a vida descente. Que ali bem perto de si Havia um jovem ali, "Macambuzio", descontente.

Nesse tempo em que vivemos Tudo é comunicar, Mas havia um abismo Dificil de superar, Entre aluno e educador Como espinhos numa flor Que ferem quem lhe pegar.

Outra aula que eu relato Tinha filme outra vez Mas, pra surpresa geral, Dessa vez foi em inglês. Aí foi a gota d'água Que gerou profunda mágoa Qual promessa de um burguês.

Mas o aluno astucioso Não tarda a se vingar Pois vingança é sopa quente Que se toma ao esfriar. Um plano bem planejado Muito doce ou bem salgado, Com ervas pra apimentar.

Ao entregar o trabalho Em Braille tudo escreveu. Pôs o mestre em desespero, Essa língua nunca leu. - O que é que eu faço agora? Ignorante é o que ignora, O outro inculto sou eu.

Agora tudo era claro Como luz de lamparina Feito roupa de bacana Que com o sapato combina. Quem espera sempre alcança O dinheiro na poupança, E a lembrança natalina.

Tal o dia vem da noite Como é bom dar tempo ao tempo Numa aula de estatística A paz tem o seu momento. Eixos do "y"e do "x" Faz o aluno infeliz Como um mendigo ao relento.

O aluno desajeitado Doutor pega pela mão Leva pro quadro tocar Figuras, gráficos em ação. O eixo das coordenadas, Mestre e estudante de mãos dadas, Sol e chuva no sertão.

O aluno admirado Com seus colegas à frente Vai tateando os desenhos Coração leve e contente. Com o professor lhe guiando O mundo todo explicando Como a oração de um crente.

E entre os dois vai surgindo Mútua admiração De um estudante e seu mestre, As asas de um avião. Hoje surge a amizade Ausência se faz saudade Eu conto com emoção.

Não digo o nome do mestre Só lembro que ele é o "tal" Tem "A" de Wagner Andriola, Só digo a inicial. Fez doutorado na Espanha, Luz do luar lhe acompanha. Guardo segredo total.

Geílson, a quem dedico, Essa história me contou, Gravada em depoimento Que a internet espalhou. Nada que conto eu invento Às vezes eu só aumento, Pois fofoqueiro não sou.

Pois a dialética ensina Movimento entre contrários De Hegel e Marx na Prússia Dos nobres mais perdulários. Nas consciências a luz A História é quem nos conduz Nos sonhos dos proletários.

Numa Universidade Do Ceará a Federal O aluno cego e seu mestre Na união sideral. Do velho nasce o novo Como o pinto vem do ovo, E o vento no milharal.

Geilson contou o "causo"
Pediu versos de cordel
Eu aqui os escrevi
Com a caneta no papel
Sobre o professor querido
Que hoje é seu grande amigo
Pão quente com leite e mel.

As aulas de estatística, Moda, média, mediana, Curso de Pedagogia, Pastel com caldo de cana. Universos insondáveis, Os planetas habitáveis, Nossa escola suburbana.

Quando alguém encontrar Na escola algum conflito Saiba que aí pode estar O seu tempo mais bendito. É assim na sociedade Dos que educam de verdade Fique alegre, não aflito.

Assim contei a história De "G" e "A" diferentes Num tempo da educação Que faz dos tristes contentes. Um conflito trouxe a paz Pois amar nunca é demais Os silêncios eloquentes.

Que o cego lê e escreve O Braille é um alfabeto. Doxvox, um belo programa, Texto vira som correto. O som vem do texto escrito Como um louvor, um bendito, O avô que cuida do neto.

Sobre os ritmos do silêncio Falam até da cor do som. Do músico bem afinado Tocando fora do tom. O cego que enxerga ouvindo, Com o tato vai colorindo, Vermelho, azul com marrom. O estudante e o mestre O mestre e o estudante. Com as sandálias da humildade Não ser soberbo ou pedante. Como a praia no domingo, Picolé de tamarindo Com o traje mais elegante.

E agora já me vou Pois o dia já nasceu Vou buscar o meu amor Que seu carinho me deu. Quem quiser me encontrar Nem precisa procurar Busque aonde o sol nasceu.